

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Como é consabido, até ao ano de 2007, Centros Históricos - melhor dito, os prédios neles integrados - beneficiavam genericamente de isenção de Imposto Municipal de Imóveis (IMI). Sucede que, com o Orçamento Geral para 2007, o anterior Governo veio alterar o Estatuto dos Benefícios Fiscais de tal sorte que, para beneficiarem de isenção, os imóveis – mesmos os integrados nos centros históricos -, carecem de ser individualmente classificados como de interesse nacional ou municipal.

Uma vez que, em virtude dessa alteração os Serviços de Finanças estão, desde 2009, a revelar entendimentos diversos quanto à isenção do IMI nos prédios situados em Centros Históricos, foi recentemente adoptado pela Autoridade Tributária um ofício circulado que clarifica o entendimento da mesma no sentido de que, efectivamente, os prédios integrados em Centros Históricos estão sujeitos a imposto, salvo se individualmente classificados.

O Presidente da Câmara Municipal de Guimarães tem cavalgado uma batalha no sentido de alterar este entendimento, nomeadamente juntamente com os outros autarcas cujas autarquias estão nas mesmas circunstâncias, como é o caso das cidades do Porto e de Évora. Na última reunião da Assembleia Municipal de Guimarães, o Sr. Presidente de Câmara anunciou que esta questão já estaria em vias de ser resolvida, sem contudo especificar de que forma e em que sentido.

Em face do exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, pergunta-se:

1. Está prevista alguma iniciativa legislativa sobre esta matéria?
2. O Governo pretende resolver a “divergência interpretativa” relativa à sujeição de IMI dos prédios integrados em Centros Históricos. Se sim, de que forma?

3. Foi efetuada alguma diligência formal pelos Presidentes das autarquias em questão em relação à temática em crise? Se sim, quais foram as diligências praticadas e que pedidos foram efetuados?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 10 de Julho de 2014

Deputado(a)s

GRAÇA MOTA(PSD)

FRANCISCA ALMEIDA(PSD)

FERNANDO NEGRÃO(PSD)

ISIDRO ARAÚJO(PSD)

JOÃO LOBO(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

HUGO LOPES SOARES(PSD)

NUNO REIS(PSD)

CLARA MARQUES MENDES(PSD)